



**CLIPPING INTERNET**  
**14/12/2021 ATÉ 14/12/2021**



# INDÍCE

---

1	CNJ	
	1.1 BLOG CARLOS BARROSO.....	1
	1.2 SITE DO GOVERNO DO ESTADO.....	2
	1.3 SITE O MARANHENSE.....	3 4
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG IRMÃO INALDO.....	5
	2.2 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	6
	2.3 BLOG NEDILSON MACHADO.....	7
	2.4 SITE ÉMARANHÃO.....	8
3	ESMAM	
	3.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	9
4	SERVIDOR PÚBLICO	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	10

# Ação de biometria e documentação da população carcerária é implantada no Maranhão

por Erica Meneses 12/14/2021 08:46:00 AM 0 Comentários

Nesta segunda-feira (13), a ação nacional de emissão de documentos para a população carcerária foi lançada no Maranhão. O lançamento ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, com a presença de autoridades do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), entre outras instituições.

O Maranhão é o quarto estado do país a integrar a Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Programa Fazendo Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e mais de 150 instituições, realizada com o objetivo de ampliar o acesso a direitos e políticas de cidadania às pessoas privadas de liberdade, através da emissão de documentação básica.

O serviço de identificação civil e emissão de documentação vai beneficiar tanto as pessoas que adentram o sistema prisional no Maranhão, no momento da audiência de custódia - quando confirmada a prisão, quanto aquelas que já se encontram em cumprimento de pena, passando a integrar uma base de dados nacional para emissão de documentação básica, incluindo certidões tardias ou segundas vias de documentos de identificação civil. Em 2017, segundo dados do executivo federal coletados em 14 estados indicavam que 8 entre 10 presos não possuíam documento em seus prontuários, situação que é constantemente citada pelos egressos do sistema prisional como entrave para a retomada da vida em sociedade.

Antes de realizar o lançamento da Ação Nacional foram feitos treinamentos nos dias 23 e 24 de novembro, para servidores da Justiça Estadual, Justiça Federal, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Audiência de Custódia e na Corregedoria Geral de Justiça, sobre o uso de kits biométricos distribuídos aos tribunais de todo o país, referentes ao Fluxo Contínuo de Coleta Biométrica e Emissão de Documentos para a população carcerária.

A solenidade de lançamento da Ação e assinatura do Protocolo de Intenções contou com a participação do vice-presidente do TJMA, desembargador Vicente de Paula Castro, representando o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do juiz auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luis Geraldo Sant'Ana Lanfredi; do juiz coordenador da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Marcelo Moreira, representando o desembargador Marcelo Carvalho; do secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade; dos juízes auxiliares do CNJ/DMF Fernando Mello e Wlatter Godoy; da juíza auxiliar da presidência do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Simone Trento; e do diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sandro Abel de Sousa Barradas.

## **Cinzas do desembargador Arthur Almada Lima Filho chegam sexta-feira (17) a Caxias**

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de Caxias definiu na noite de segunda-feira, 13, o roteiro de recepção e percurso das cinzas do Desembargador Arthur Almada Lima Filho, 92 anos, ilustre caxiense falecido em 27 de outubro, em São Luís, em razão de problemas cardiorrespiratórios. Segundo a comissão, a urna com as cinzas chegará à cidade natal de Arthur Almada Lima Filho na sexta-feira, dia 17, às 16 horas. Uma comitiva com diversos automóveis virá de São Luís e será recebida no Posto da Polícia Rodoviária Federal, na BR-316. Lá a urna com as cinzas será passada para o caminhão do Corpo de Bombeiros, onde bombeiros militares e membros da família do desembargador guarnecerão o receptáculo funerário, acompanhados de grande número de veículos de familiares, amigos, colegas e conhecidos do magistrado caxiense. Pelo menos seis entidades das quais Arthur Almada Lima Filho era membro ou para as quais prestou relevantes serviços em Caxias renderão homenagens a ele: A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), onde Arthur Filho foi reitor; Academia Caxiense de Letras e Academia Sertaneja de Letras, Educação e Artes do Maranhão (ASLEAMA), das quais era membro; Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), de que foi fundador e presidente nos 18 anos de existência das entidade; Rotary Club de Caxias, do qual era decano, o membro mais antigo; e a Faculdade do Vale do Itapecuru (FAI), onde coordenou o curso de Direito. Da BR-316 a comitiva seguirá pela Avenida Senador Alexandre Costa e, no Morro do Alecrim, fará a primeira parada, no Centro de Estudos Superiores de Caxias da UEMA, onde receberá a primeira homenagem. Em seguida, a comitiva descerá pela Rua Comendador Alderico Silva a (Rua 1º de Agosto), onde, em frente à Academia Caxiense de Letras, se farão as homenagens acadêmicas. Depois, na Praça Dom Luís Marelim (Praça da Chapada), a ASLEAMA renderá suas homenagens. Ato contínuo, na Avenida Santos Dumont, Arthur Almada Lima Filho será homenageado por seus Companheiros do Rotary Club e da Casa da Amizade. Depois a comitiva se dirigirá à sede do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, onde o desembargador, fundador e presidente por 18 anos, até outubro, será homenageado por seus confrades sócios e pelos servidores das Instituição. Por fim, na sede da Faculdade do Vale do Itapecuru, na Travessa Bom Pastor, o grande caxiense receberá as homenagens de alunos e funcionários daquela Instituição de Ensino Superior.

Da Faculdade a comitiva se dirigirá até o bairro do Ponte, onde há décadas a família Almada Lima tem residência, denominada "Shangri-La", denominação de uma espécie de paraíso descrito em 1933 pelo escritor inglês James Hilton. Neste local, sob salva de fogos, a urna com as cinzas será novamente entregue pelos bombeiros militares aos membros da família do desembargador. A dispersão das cinzas, em data ainda a ser marcada, obedecerá as últimas vontades de Arthur Almada Lima Filho e será privativa, com a presença apenas de membros da família.

A comissão interinstitucional reuniu-se no Rotary Club e se fizeram presentes: Antônia Miramar Alves Silva, do Rotary Club e viúva de Arthur Almada Lima Filho; Fernando Malheiros e Edmílson Sanches (Rotary Club); Kátia Menezes e Ezíquio Barros Neto (Academia Caxiense de Letras); Erlinda Bittencourt (ASLEAMA); e Gerhard Berger (IHGC). Outras instituições serão solicitadas a participarem, entre as quais o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, entidades de que Arthur Almada Lima Filho fez parte durante sua vida, como advogado, promotor, juiz de Direito e desembargador.

O caxiense Arthur Almada Lima Filho também era membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, do

Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Ludovicense de Letras (São Luís) e outras instituições profissionais e culturais. Além de filhos e netos, Arthur Almada Lima Filho deixou quatro livros publicados -- “Algumas Palavras”, “Outras Palavras”, “Efemérides Caxienses” e “Perfis” - e outros para serem publicados, entre os quais o “Dicionário Biobibliográfico de Autores e Artistas Caxienses” e o livro de pequenas crônicas “Breve Graça”, entre outros. (Texto: EDMILSON SANCHES. Fotos: IHGC e F. MALHEIROS)

## **POSSE DOS NOVOS ACADÊMICOS DA AMLJ**

Nessa quinta - feira (16.12) a Academia Maranhense de Letras Jurídicas / AMLJ (Casa Clodomir Cardoso) sob o comando do Presidente Júlio Moreira Gomes Filho, dará posse aos três novos acadêmicos, os desembargadores Gérson de Oliveira Costa Filho (Cadeira N.03 - Patrono: José Inácio da Cunha); James Magno Araújo Farias (Cadeira N. 19 - Patrono: Raymundo de Araújo Castro) e Paulo Sérgio Velten Pereira (Cadeira N. 08 - Patrono: Walfredo de Loyola Machado).

O evento será no Salão Casa de Portugal, no segundo andar do Convento das Mercês na R. da Palma N. 502 e vai reunir os confrades da AMLJ além de familiares e convidados dos novos acadêmicos. A saudação solene aos novos acadêmicos será feita pela acadêmica e ex-presidente da AMLJ Ana Luiza Almeida Ferro.

Fundada em fevereiro de 1986 a AMLJ é filiada à Academia Brasileira de Letras Jurídicas e composta por 40 membros efetivos, sempre juristas de relevante contribuição literária e profissional. A Academia Maranhense de Letras Jurídicas funciona desde a sua fundação na sede da OAB - MA no Calhau. E esse ano foi reconhecida por lei municipal sancionada pelo Prefeito Eduardo Braide como Entidade de Utilidade Pública.

## **Posse na Academia Maranhense de Letras Jurídicas agita esta quinta-feira**

A Academia Maranhense de Letras Jurídicas / AMLJ (Casa Clodomir Cardoso) sob o comando do atual presidente, o advogado Júlio Moreira Gomes Filho, realiza nesta quinta-feira (16), às 19h, a Sessão de Posse de três novos acadêmicos, os desembargadores Gérson de Oliveira Costa Filho (Cadeira Nº 3 - Patrono: José Inácio da Cunha); James Magno Araújo Farias (Cadeira Nº 19 - Patrono: Raymundo de Araújo Castro) e Paulo Sérgio Velten Pereira (Cadeira Nº 8 - Patrono: Walfredo de Loyola Machado).

Paulo Velten é desembargador do TJMA desde março de 2007, na vaga reservada ao Quinto Constitucional pela OAB. Mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; ocupa o cargo de corregedor-geral da Justiça do Maranhão.

James Magno Araújo Farias é desembargador federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região desde 2008. Foi presidente do TRT/MA em 2016 e 2017. É mestre em Direito pela UFPE e doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autônoma de Lisboa / Portugal.

Gérson de Oliveira Costa Filho é desembargador federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região desde 2001. Foi presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região no período de 2007 - 2009. Atual vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

É doutorando em Direito pela Universidade Nacional de Lomas de Zamora, em Buenos Aires / Argentina. O evento será no Salão Casa de Portugal, no segundo andar do Convento das Mercês na R. da Palma Nº 502 e vai reunir os confrades da AMLJ além de familiares e convidados dos novos acadêmicos.

A saudação solene aos novos acadêmicos será feita pela acadêmica e ex-presidente da AMLJ, Ana Luiza Almeida Ferro. Fundada em fevereiro de 1986 a AMLJ é filiada à Academia Brasileira de Letras Jurídicas e composta por 40 membros efetivos, sempre juristas de relevante contribuição literária e profissional.

A Academia Maranhense de Letras Jurídicas funciona desde a sua fundação na sede da OAB - MA no Calhau. E esse ano foi reconhecida por lei municipal sancionada pelo prefeito Eduardo Braide como entidade de Utilidade Pública.

# SEAP PARTICIPA DO LANÇAMENTO DA AÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E EMISSÃO DE DOCUMENTOS ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

CAROLINA MELLO·13/12/2021

AÇÕES DO GOVERNO

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

NOTÍCIAS

PACTO PELA PAZ

SEGURANÇA

Secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade (Foto: Clayton Monteles)

Secretário de Administração Penitenciária, Murilo Andrade (Foto: Clayton Monteles)

A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), sendo representada pelo secretário Murilo Andrade, participou nesta segunda-feira (13) do lançamento da Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), realizada no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

O Maranhão recebeu a ação, que é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Programa Fazendo Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizada com o objetivo de ampliar o acesso a direitos e políticas de cidadania através da emissão de documentação básica.

O Maranhão é o 4º estado do país a receber a ação. No entanto, o Governo do Maranhão, através da SEAP, já chegou à emissão de mais de 10 mil documentos civis para as pessoas privadas de liberdade, apenas na capital, desde 2017.

O secretário da SEAP, Murilo Andrade, falou que a falta dos documentos pessoais impacta diretamente na ressocialização e na garantia de direitos. “Com essa ação conjunta, teremos uma facilitação para as secretarias e ao mesmo tempo será conferida mais dignidade e benefícios às pessoas privadas de liberdade, educação, previdência social, mercado de trabalho, Sistema Único de Saúde e outros benefícios sociais, avançando cada vez mais na ressocialização e humanização”, avaliou.

As Pessoas Privadas de Liberdade agora passam a integrar uma base de dados nacional com biometria para emissão de documentação básica, incluindo certidões tardias ou segundas vias de documentos de identificação civil.

Em 2017, dados do Executivo federal coletados em 14 estados indicavam que 8 entre 10 pessoas privadas de liberdade não possuíam documento em seus prontuários, situação que é constantemente citada pelos egressos do sistema prisional como entrave para a retomada da vida em sociedade.

Os servidores da SEAP participaram do treinamento para uso do sistema com biometria (Foto: Clayton Monteles) Os servidores dos órgãos envolvidos na ação, como a SEAP, participaram de treinamento técnico para cadastro no banco de dados nacional, que foi realizado nos dias 23 e 24 de novembro.



A solenidade de lançamento da Ação e assinatura do Protocolo de Intenções contou com a participação do secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade; do vice-presidente do TJMA, desembargador Vicente de Paula Castro, representando o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luis Geraldo Sant'Ana Lanfredi; do juiz coordenador da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Marcelo Moreira, representando o desembargador Marcelo Carvalho; dos juízes auxiliares do CNJ/DMF Fernando Mello e Wlatter Godoy; da juíza auxiliar da presidência do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Simone Trento; e do diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sandro Abel de Sousa Barradas.

A AÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E EMISSÃO DE DOCUMENTOS ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (PPLS)PACTO PELA PAZ

## **TJMA adquire acesso a e-books do portal Minha Biblioteca**

Base reúne mais de 11 mil títulos dos maiores selos editoriais acadêmicos em todas as áreas do conhecimento.

(Foto: Divulgação da ESMAM)

Por: Da Redação com informações da Ascom ESMAM  
13 de Dezembro de 2021

Já está disponível para os profissionais que atuam no Poder Judiciário do Maranhão a plataforma de livros eletrônicos nacionais Minha Biblioteca - base que reúne mais de 11 mil títulos dos maiores selos editoriais acadêmicos em todas as áreas do conhecimento. O acesso foi aberto por meio de contratação de assinatura anual realizada pelo TJMA, através da Biblioteca da Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Servidores(as) e magistrados(as) do TJMA podem acessar o ambiente virtual na página do órgão, digitando o mesmo login e senha cadastrados para acesso ao sistema Sentinela. Também na página da ESMAM [www.tjma.jus.br/site/esmam](http://www.tjma.jus.br/site/esmam), poderá clicar no BANNER fixo ou no botão azul “Minha Biblioteca”, assim como nos perfis de acesso SERVIDOR e MAGISTRADO, disponíveis na página principal do Portal do Judiciário.

“A licença de uso da biblioteca digital de livros eletrônicos dará acesso a publicações técnico-científicas digitais das áreas de especialidade existentes no quadro do Tribunal de Justiça do Maranhão, a fim de compor o acervo virtual da Biblioteca ‘Desembargadora Madalena Serejo’ e garantir acesso à informação jurídica atualizada a um maior número de magistrados e servidores”, explica o diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos.

A plataforma oferece aos usuários acesso ilimitado a todos os catálogos e dispõe de recursos como: leitura online no computador ou em dispositivos móveis, impressão, ferramentas de acessibilidade. São permitidos até 350 visitantes simultaneamente.

## **Maranhão implanta ação de biometria e documentação da população carcerária**

O Maranhão é o quarto estado da Federação a integrar a Ação Nacional de Identificação Civil e Emissão de Documentos às pessoas privadas de liberdade, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Programa Fazendo Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e mais de 150 instituições, realizada com o objetivo de ampliar o acesso a direitos e políticas de cidadania às pessoas privadas de liberdade, através da emissão de documentação básica. A Ação Nacional foi lançada nesta segunda-feira (13), no Fórum Des. Sarney Costa, com a presença de autoridades do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP), entre outras instituições.

O serviço de identificação civil e emissão de documentação vai beneficiar tanto as pessoas que adentram o sistema prisional no Maranhão, no momento da audiência de custódia - quando confirmada a prisão -, quanto aquelas que já se encontram em cumprimento de pena, passando a integrar uma base de dados nacional para emissão de documentação básica, incluindo certidões tardias ou segundas vias de documentos de identificação civil. Em 2017, dados do Executivo federal coletados em 14 estados indicavam que 8 entre 10 pessoas privadas de liberdade não possuíam documento em seus prontuários, situação que é constantemente citada pelos egressos do sistema prisional como entrave para a retomada da vida em sociedade.

O lançamento da Ação Nacional foi precedido de ações de treinamento, nos dias 23 e 24 de novembro, para servidores e servidoras da Justiça Estadual, Justiça Federal, Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (UMF-TJMA) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Audiência de Custódia e na Corregedoria Geral de Justiça, sobre o uso de kits biométricos distribuídos aos tribunais de todo o país, referentes ao Fluxo Contínuo de Coleta Biométrica e Emissão de Documentos para Pessoas Privadas de Liberdade.

A solenidade de lançamento da Ação e assinatura do Protocolo de Intenções contou com a participação do vice-presidente do TJMA, desembargador Vicente de Paula Castro, representando o desembargador Lourival Serejo, presidente do TJMA; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do juiz auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luis Geraldo Sant´Ana Lanfredi; do juiz coordenador da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), Marcelo Moreira, representando o desembargador Marcelo Carvalho; do secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade; dos juízes auxiliares do CNJ/DMF Fernando Mello e Wlatter Godoy; da juíza auxiliar da presidência do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Simone Trento; e do diretor de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Sandro Abel de Sousa Barradas.

O juiz Fernando Mello, auxiliar da Presidência do CNJ no DMF, explicou que o projeto do Conselho Nacional de Justiça se apoia em muitos parceiros como TSE, DEPEN, PNUD/ONU e Arpen/Brasil, indispensáveis ao objetivo final que é o fluxo de documentação civil das pessoas em privação de liberdade, considerando a realidade de desconhecimento sobre as pessoas que estão no sistema penal brasileiro e que não conseguem exercer direitos de cidadania ao fim do cumprimento de pena por falta de documentação, como educação, previdência social,

mercado de trabalho, Sistema Único de Saúde e outros benefícios sociais. "A iniciativa traz benefícios para a cidadania, segurança pública, com a identificação confiável, e economia aos cofres públicos", explicou.

Para o coordenador do eixo de sistemas e identificação do programa Fazendo Justiça, Alexander Cambraia (CNJ), que coordenou o trabalho de implantação do serviço no Maranhão, o estado tem a perspectiva de se tornar um caso de sucesso na implantação do projeto, considerando o alinhamento entre as instituições que é importante tendo em vista a complexidade que envolve a emissão da documentação por meio de cadastro biométrico autenticado. "É muito importante esse alinhamento entre os atores do processo no mesmo objetivo, algo que percebemos avançado no Maranhão e que vai ajudar muito", avalia.

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), Luis Geraldo Sant'Ana Lanfredi, observou que a implantação do serviço representa uma das principais ações do programa Fazendo Justiça, ao buscar devolver sentido às pessoas em situação de vulnerabilidade que adentram o sistema prisional, enquanto uma política de estado que volta a atenção de forma humanizada para garantir direitos da população prisional. Ele ressaltou o bom trabalho da UMF/TJMA e o avanço do sistema prisional do Maranhão nos últimos anos, que passou a ser considerado uma referência. "O Maranhão não poderia deixar de ser um dos primeiros estados abraçados com essa iniciativa que tem o compromisso de buscar um país melhor, mais inclusivo e fraterno, e que pertence a todos", pontuou.

O desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro ressaltou que a integração do TJMA à Ação Nacional de Identificação Civil representa mais um passo à frente nas atividades inerentes ao Poder Judiciário, que vai proporcionar mais dignidade às pessoas que saem do sistema penitenciário, que hoje deixam o sistema com estigmas sociais. "Esse é objetivo maior é proporcionar dignidade a esses egressos e também vai evitar problemas de homonímia que podem causar a prisão de pessoas inocentes", observou.

O desembargador Paulo Vélten Pereira, corregedor-geral da Justiça do Maranhão, avaliou que a implantação do serviço de biometria e identificação civil reflete o compromisso do Poder Judiciário com o objetivo de assegurar direitos para pessoas privadas de liberdade, tema que também é prioridade no trabalho da Corregedoria Geral da Justiça. "O Poder Judiciário precisa estar comprometido com a cidadania, direitos humanos e a integração das pessoas para que retornem da melhor forma possível ao convívio social", frisou.

Para o juiz Marcelo Moreira, coordenador da UMF/TJMA, a Ação representa mais um passo que o Maranhão dá rumo à melhoria do sistema prisional, que tem evoluído nos últimos anos em estrutura e no desenvolvimento de ações de ressocialização, cumprindo o papel de retirar da invisibilidade as pessoas que são privadas do exercício de direitos pela simples falta de documentação civil. "A UMF/TJMA tem se destacado no cenário nacional e atualmente estamos desenvolvendo o projeto-piloto da Central de Regulação de Vagas, que é um dos mais importantes do programa Fazendo Justiça e que seremos o primeiro estado do país a implantar", informou.

O secretário estadual de Administração Penitenciária, Murillo Andrade, afirmou que a falta de identificação é um dos principais problemas enfrentados no trabalho do sistema prisional, principalmente nas portas de entrada. "Com essa ação conjunta teremos uma facilitação para as secretarias e ao mesmo tempo será conferida mais dignidade e benefícios às pessoas privadas de liberdade, avançando cada vez mais na ressocialização e humanização", avaliou.

A solenidade também contou com a presença de juízes, juízas, promotores(as) de Justiça, defensores(as) públicos, policiais, e outros representantes de instituições ligadas à temática prisional.

## **Projeto de Bacuri concorre em premiação do Conselho Nacional de Justiça nesta terça-feira (14)**

Acontece nesta terça-feira, dia 14 de dezembro, a solenidade de entrega do Prêmio CNJ Juíza Viviane do Amaral, premiação criada com o objetivo de dar visibilidade a ações que visam à prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. A iniciativa da Comarca de Bacuri, o projeto "Rosa Maria", é um dos concorrentes à láurea do CNJ, cuja solenidade será por videoconferência, a partir das 17h. O projeto, criado e difundido em Bacuri, concorre na categoria 'Tribunais' e é de autoria da servidora Jéssica Rodrigues.

Conforme a autora, a prática busca dar ênfase aos direitos das crianças e adolescentes do sexo feminino e das mulheres, bem como conscientização junto à comunidade escolar, utilizando as legislações e políticas sociais em vigor no país. O projeto bacuriense integra o Banco de Boas Práticas da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER). De acordo com Jéssica Rodrigues, servidora do Fórum de Bacuri e autora do projeto, a iniciativa tem, entre seus objetivos, contribuir de forma construtiva, em todos os âmbitos da vida da mulher, seja social, pessoal ou profissional.

"Algumas ações nesse sentido já foram desenvolvidas aqui em Bacuri, tais como a efetiva preocupação com o cumprimento, em menos de 48 horas, de toda e qualquer medida protetiva. O fórum estabeleceu parcerias com as Secretarias de Assistência Social e Saúde dos municípios de Bacuri e Apicum-Açu. Fizemos pedido da construção de casas de apoio a mulheres e crianças desses dois municípios, realizamos a entrega de panfletos e promovemos algumas rodas de conversas", ressaltou a servidora.

### **O PRÊMIO**

O Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral foi criado para dar visibilidade a ações que visam à prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres e meninas. Nessa primeira edição, recebeu 83 inscrições. Os projetos serão analisados pela Comissão Avaliadora. Os vencedores serão anunciados até o final do mês de setembro. Os projetos contemplam as seis categorias da premiação, a saber: Tribunais; Magistrados; Atores do Sistema de Justiça Criminal; Organizações não Governamentais; Mídia; e Produção Acadêmica.

Entre as iniciativas, constam documentários que abordam o tema da violência doméstica e familiar, pesquisas de campo com relatos de vítimas de violência doméstica e dossiê sobre feminicídio com análises sobre os motivos que levam às agressões, além de propostas de treinamentos intensivos sobre discriminação, racismo, machismo e preconceito direcionados aos integrantes do Sistema de Justiça.

O Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral também busca conscientizar os integrantes do Poder Judiciário sobre a necessidade de vigília permanente no enfrentamento a esse tipo crescente de violência. Os projetos inscritos serão analisados a partir de critérios como qualidade, relevância, alcance social, criatividade, inovação, resultados e potencial de replicabilidade.

## **TJMA divulga formulário de pesquisa sobre a promoção da política de conciliação**

O Tribunal de Justiça do Maranhão divulga formulário de pesquisa sobre a promoção da política de conciliação do TJMA, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Grupo de Pesquisa ETC/UFMA/CNPq.

O estudo é realizado pela mestranda e servidora da Assessoria de Comunicação (Ascom), jornalista Amanda Leite Campos, sob a orientação do professor Dr. Ramon Bezerra Costa e supervisão do assessor-chefe de Comunicação do Tribunal de Justiça, Antonio Carlos de Oliveira.

A servidora explica que esta é uma das etapas do estudo, com o objetivo de avaliar a divulgação promovida pela Assessoria de Comunicação do TJMA, nas redes sociais do órgão, sobre as ações e projetos desenvolvidos pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec). O órgão é presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

Atualmente, Amanda Campos desenvolve pesquisa acadêmica sobre a temática "O marketing digital no Poder Judiciário maranhense: estratégias de promoção da política de conciliação e da cidadania no Tribunal de Justiça do Maranhão", da linha de pesquisa Comunicação Institucional e Mercadológica.

### **FORMULÁRIO**

O formulário de pesquisa - com 16 perguntas e questões obrigatórias objetivas - pode ser respondido até o dia 17 de dezembro de 2021. Podem participar da pesquisa juízes, juízas, operadores e operadoras do Direito, servidores e servidoras do TJMA e de outras instituições, estudantes, profissionais liberais, dentre outros.

A servidora Amanda Campos explica que os dados são anônimos, portanto, não serão repassados a terceiros e seu uso será apenas com finalidades científicas e educacionais.

A pesquisa pode ser realizada [AQUI](#).

## **Cinzas do Desembargador Arthur Almada Lima Filho chegam a Caxias na sexta-feira**

Uma comissão formada por representantes de diversas instituições de Caxias definiu na noite dessa segunda-feira (13) o roteiro de recepção e percurso das cinzas do Desembargador Arthur Almada Lima Filho, 92 anos, ilustre caxiense falecido em 27 de outubro, em São Luís, em razão de problemas cardiorrespiratórios.

Segundo a comissão, a urna com as cinzas chegará à cidade natal de Arthur Almada Lima Filho na sexta-feira, dia 17, às 16h. Uma comitiva com diversos automóveis virá de São Luís e será recebida no posto da Polícia Rodoviária Federal, na BR-316. Lá a urna com as cinzas será passada para o caminhão do Corpo de Bombeiros, onde bombeiros militares e membros da família do desembargador guarnecerão o receptáculo funerário, acompanhados de grande número de veículos de familiares, amigos, colegas e conhecidos do magistrado caxiense. Pelo menos seis entidades das quais Arthur Almada Lima Filho era membro ou para as quais prestou relevantes serviços em Caxias renderão homenagens a ele: A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), onde Arthur Filho foi reitor; Academia Caxiense de Letras e Academia Sertaneja de Letras, Educação e Artes do Maranhão (ASLEAMA), das quais era membro; Instituto Histórico e Geográfico de Caxias (IHGC), de que foi fundador e presidente nos 18 anos de existência das entidade; Rotary Club de Caxias, do qual era decano, o membro mais antigo; e a Faculdade do Vale do Itapecuru (FAI), onde coordenou o curso de Direito.

Da BR-316 a comitiva seguirá pela Avenida Senador Alexandre Costa e, no Morro do Alecrim, fará a primeira parada, no Centro de Estudos Superiores de Caxias da UEMA, onde receberá a primeira homenagem. Em seguida, a comitiva descerá pela Rua Comendador Alderico Silva (Rua 1º de Agosto), onde, em frente à Academia Caxiense de Letras, se farão as homenagens acadêmicas. Depois, na Praça Dom Luís Marelim (Praça da Chapada), a ASLEAMA renderá suas homenagens. Ato contínuo, na Avenida Santos Dumont, Arthur Almada Lima Filho será homenageado por seus Companheiros do Rotary Club e da Casa da Amizade. Depois a comitiva se dirigirá à sede do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias, onde o desembargador, fundador e presidente por 18 anos, até outubro, será homenageado por seus confrades sócios e pelos servidores das Instituição. Por fim, na sede da Faculdade do Vale do Itapecuru, na Travessa Bom Pastor, o grande caxiense receberá as homenagens de alunos e funcionários daquela Instituição de Ensino Superior.

Da faculdade a comitiva se dirigirá até o bairro do Ponte, onde há décadas a família Almada Lima tem residência, denominada "Shangri-La", denominação de uma espécie de paraíso descrito em 1933 pelo escritor inglês James Hilton. Neste local, sob salva de fogos, a urna com as cinzas será novamente entregue pelos bombeiros militares aos membros da família do desembargador. A dispersão das cinzas, em data ainda a ser marcada, obedecerá as últimas vontades de Arthur Almada Lima Filho e será privativa, com a presença apenas de membros da família.

A comissão interinstitucional reuniu-se no Rotary Club e se fizeram presentes: Antônia Miramar Alves Silva, do Rotary Club e viúva de Arthur Almada Lima Filho; Fernando Malheiros e Edmilson Sanches (Rotary Club); Kátia Menezes e Ezíquio Barros Neto (Academia Caxiense de Letras); Erlinda Bittencourt (ASLEAMA); e Gerhard Berger (IHGC). Outras instituições serão solicitadas a participarem, entre as quais o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil, entidades de que Arthur Almada Lima Filho fez parte

durante sua vida, como advogado, promotor, juiz de Direito e desembargador.

Mais

O caxiense Arthur Almada Lima Filho também era membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, da Academia Ludovicense de Letras (São Luís) e outras instituições profissionais e culturais. Além de filhos e netos, Arthur Almada Lima Filho deixou quatro livros publicados — “Algumas Palavras”, “Outras Palavras”, “Efemérides Caxienses” e “Perfis” - e outros para serem publicados, entre os quais o “Dicionário Biobibliográfico de Autores e Artistas Caxienses” e o livro de pequenas crônicas “Breve Graça”, entre outros.